



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório da Comissão de Avaliação 10º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2021.

10º RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (CA) DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

10º Período Avaliatório: 01 de abril a 30 de junho de 2021

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa avaliar os resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão nº 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP/MG, como Órgão Estatal Parceiro (OEP), e a Organização Social Instituto Elo, a partir dos resultados pactuados para o período compreendido entre 01 de abril a 30 de junho de 2021.

O Contrato de Gestão nº 002/2019 tem como objeto *“a co-execução de ações da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, propiciando o desenvolvimento das atividades, das Unidades e dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidos pela SEJUSP/SUPEC”*.

Esta avaliação está prevista no art. 76 da Lei nº 23.081/2018 e no art. 54 do Decreto nº 47.553/2018, que estabelecem que a Comissão de Avaliação (CA) é a responsável pela análise dos resultados alcançados em cada período avaliatório estabelecido no Contrato de Gestão, em consonância com os indicadores de resultados e produtos pactuados no Anexo II - Programa de Trabalho, parte integrante do instrumento jurídico.

Conforme Resolução SEJUSP nº 102, de 25/03/21, esta Comissão de Avaliação é integrada pelos seguintes membros:

- I - Gleysiane Freire Diniz, MASP 1.080.083-7, Supervisora do Contrato de Gestão, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
- II - Gleiber Gomes de Oliveira, CPF: 971.914.346-00, pela Organização Social Instituto Elo;
- III - Marcela Emediato Mendes de Oliveira, MASP: 755.221-9, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- IV - Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, CPF: 993.541.06-06, especialista da área objeto do Contrato de Gestão.

Participaram da presente reunião, além dos membros acima citados, a Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Sra. Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin, o Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão nº 02/2019, Sr. Fábio Costa, a Assessora da Gestão da Informação da SUPEC, Sra. Anna Carolina Marotta, o Gerente do Departamento de Monitoramento e Projetos do Instituto Elo, Sr. Diogo Caminhas e a servidora da SEPLAG, Sra. Bruna Fioravante.

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA

Para empreender esta avaliação, os membros da Comissão de Avaliação analisaram o Relatório de Monitoramento, encaminhado pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 em 04/11/21, bem como o Relatório Gerencial de Resultados - RGR confeccionado e apresentado pela OS parceira.

Destaca-se que, previamente, os Relatórios Gerenciais de Resultado e Financeiro foram encaminhados pela OS Instituto Elo, tempestivamente, à Comissão de Monitoramento, que por meio dos dados e elementos apresentados no RGR elaborou o Relatório de Monitoramento, declarando, ainda, ter supervisionado as ações realizadas e a execução financeira do Contrato de Gestão nº 02/2019, efetuando a conferência das fontes de comprovação e atestando a fidedignidade das informações apresentadas nos relatórios.

A avaliação dos resultados é efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida no Anexo III do Contrato de Gestão. Além disso, será atribuída nota e, se for o caso, serão feitas recomendações aos envolvidos para os próximos períodos avaliatórios.

3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

	Área Temática		Indicador	Peso	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	9.900	11.922	-	10,00	0,50
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	1.110	1.087,00	-	9,79	0,49
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4,00%	3.880	5.220	-	10,00	0,40

2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	2.880	-	-	-	-
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	6.670	-	-	-	-
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	52.053	-	-	-	-
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	212	162	-	7,64	0,31
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5,00%	360	-	-	-	-
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4,00%	60%	-	-	-	-
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4,00%	108	476	-	10,00	0,40
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5,00%	28.766	18.493	-	6,43	0,32
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5,00%	72%	75,10%	-	10,00	0,50
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4,00%	1.272	3.104	-	10,00	0,40
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5,00%	8.683	7.501	-	8,64	0,43
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5,00%	78%	84,00%	-	10,00	0,50
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4,00%	564	753	-	10,00	0,40
6	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	6.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4,00%	600	411	-	6,85	0,27
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	1,00%	100%	-	-	-	-
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1,00%	15	12,4	-	10,00	0,10
		7.3	Participações em Capacitações	1,00%	1004	946	-	9,42	0,09
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base local por período avaliatório	3,00%	26	26	-	10,00	0,30
		8.2	Número de Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3,00%	3	3	-	10,00	0,30
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3,00%	3	3	-	10,00	0,30
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3,00%	3	3	-	10,00	0,30
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2,00%	100%	100%	-	10,00	0,20
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2,00%	100	71,14	-	7,14	0,14
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2,00%	0	-	-	-	-
		10.2	Percentual de formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2,00%	0%	-	-	-	-

DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE INDICADORES		
Σ (Nota x Peso) (a)	Σ Pesos (b)	Nota (a/b)
6,66	72%	9,25

3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

Foi iniciada a reunião pela Supervisora do Contrato de Gestão nº002/2019, Sra Gleysiane Diniz, que passou a palavra à Subsecretária Andreza, que apresentou os principais destaques da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Informou que este período avaliatório ainda fora muito impactado pela pandemia, mas que já foram realizados cerca de 70 mil atendimentos até setembro de 2021, com a expectativa de finalizar o ano com mais de 100 mil atendimentos.

Enfatizou ainda, que as equipes técnicas das Unidades têm feito o melhor para superar as adversidades, principalmente no tocante aos vínculos com o público atendido. Informou a retomada das Unidades de Vespasiano/Centro, Ipatinga/Jardim Esperança, Ibirité/Presp e Jardim Canaã em Uberlândia, destacando a definição do imóvel como o principal dificultador no processo de replantagens das Unidades. Ressaltou ainda, os dados de homicídios nos territórios atendidos pela política pública, que indicaram uma redução de 23,7%, dando ênfase para o importante trabalho realizado pelas equipes técnicas, bem como pela rede parceira.

Informou no tocante aos Programas Presp e Ceapa, que os mesmos têm sofrido maior aumento da demanda de trabalho em face do retorno das atividades do Poder Judiciário. Adicionou, ainda, que várias ações foram realizadas para o enfrentamento à violência contra mulher, destacando o Projeto Acolhe, parceria celebrada com o Instituto Avon, com os municípios envolvidos, e com o Ministério Público, bem como a expectativa de continuidade do projeto em 2022.

Foi também realizado o convite de participação de todos os presentes no “Webinário da Política de Prevenção à Criminalidade”, que ocorrerá no dia 01/12/2021.

Após este contexto, a Supervisora Gleysiane passou a palavra para a Sra. Anna Marotta e Diogo Caminhas que auxiliaram na elucidação aos presentes sobre um equívoco constatado recentemente na contabilização de alguns dados dos indicadores em períodos avaliatórios anteriores, bem como do atual avaliado.

Quanto aos indicadores 1.1 e 1.2 do Programa Mediação de Conflitos, verificou-se o preenchimento duplicado de alguns atendidos por parte das equipes técnicas, que impactaram no resultado um pouco inferior ao já mencionado em relatórios anteriores de 2021, mas não impactando na nota mensurada para a parceria. Foi esclarecido que a retificação ainda não havia sido realizada, haja vista a necessidade de compartilhamento com todos da CA para aprovação prévia dos membros acerca da melhor forma de elucidação do ocorrido, bem como da retificação dos dados.

Sobre o indicador 4.1, da CEAPA, verificou-se erro de fórmula na planilha Excel, ocasionando contagem duplicada na modalidade “Atendimentos Grupais em Práticas Restaurativas”. A retificação reduziria o resultado de 8.979 para 8.893 (diferença de apenas 86 atendimentos) no 9º período já avaliado. Considerando que a meta era de 14.383, o *status* não seria alterado como meta “não atendida”.

Com relação ao indicador 5.2, do PrEsp, foi necessário readequar uma das fórmulas da planilha de monitoramento, de modo a contemplar também os retornos dos atendimentos grupais. Ao realizar a retificação o resultado do 9º PA se alteraria de 85% para 86%. Considerando que a meta era de 78%, o *status* também continuaria como “meta atingida”.

Nesse sentido, foi solicitado a retificação dos dados aos membros da Comissão de Avaliação, face a importância da transparência dos mesmos, além da devida consonância com as fontes de comprovação. Ressalta-se, também, que a duplicação no preenchimento da base de dados não implica em duplicação dos gastos ou quaisquer alterações relacionadas aos gastos da execução, tratando-se de um erro no processo de formalização e registro dos atendimentos já feitos.

O Sr. Fábio Costa acrescentou que é importante realizar as retificações de modo que os relatórios anteriores sejam condizentes com as fontes de comprovação, e que tais não alteraram substancialmente a avaliação ocorrida no 9º período.

A Sra. Andreza ressaltou a urgência na implantação de um sistema de gestão de dados da política de prevenção à criminalidade, pois em muito impacta no trabalho, já que a equipe de ponta por vezes deixa de realizar outras atividades para o preenchimento manual de planilhas do Excel, enfatizando ainda a estrutura de pessoal e de informática das Unidades.

O Sr. Diogo Caminhas reforçou sobre a necessidade de realizar as retificações, bem como a necessidade de implantação do sistema citado.

A Sra. Roseane se posicionou que é inevitável haver erros humanos e acredita ser válido realizar as retificações, uma vez que a equipe está buscando e propondo alternativas para não perpetuar o problema nos próximos períodos avaliatórios.

Sra. Anna Marotta adicionou que os equívocos de contabilização de dados também são compartilhados e discutidos com as equipes técnicas, para evitar que novos aconteçam, além das frequentes capacitações que são realizadas para o aprimoramento das planilhas.

A Sra. Marcela sugeriu publicar todas as retificações junto aos relatórios anteriores, visando maior transparência, identificando quais os erros no preenchimento manual, quais foram as medidas adotadas para correção.

Isto posto, todos os membros da **Comissão de Avaliação acataram a realização das retificações**, com as devidas publicações nos sites.

No ensejo, a Sra. Andreza demonstrou a preocupação quanto à garantia das condições mínimas para execução da política pública de prevenção à criminalidade, uma vez que iniciou o período de discussão do pleito orçamentário para o ano de 2022.

Destacou ainda, que na maioria dos Programas conta com apenas dois analistas, e, somado a isso, por vezes acontece o afastamento de algum profissional em virtude do período de férias, afastamentos em caso de saúde, gravidez, ocasionando ainda com a falta do sistema de dados, sobrecarga de trabalho para alguns profissionais. Portanto, embora avaliasse que as metas alcançadas foram positivas face ao cenário da pandemia, não está sendo possível alcançar os resultados a que a Política realmente se propõe realizar.

Por fim, foi solicitado o suporte da SEPLAG para garantia do orçamento necessário ao Contrato de Gestão para o ano de 2022, face as reimplementações de todas as Unidades, bem como a previsão de reajuste salarial da categoria dos trabalhadores contratados pelo Instituto ELO em razão da inflação do período.

Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 11.922 atendimentos e a meta pactuada era de 9.900 atendimentos.

Os representantes do OEP ressaltaram a adoção dos formatos virtuais de atendimento que garantiram a manutenção dos resultados. Foi destacada à execução do Projeto Transformação, financiado pela Embaixada Americana, que capacitou 96 mulheres vítimas de violência doméstica na área do empreendedorismo, de modo a promover a emancipação e autonomia financeira dessas mulheres.

Indicador 1.2 - Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta não atingida: O resultado alcançado foi de 1.087 pessoas atendidas e a meta pactuada era de 1.110 pessoas atendidas.

Indicador 1.3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 5.220 ações e a meta pactuada era de 3.880 ações. Novamente foi destacado como o PMC se adaptou aos projetos e ações de modo virtual, o que impactou positivamente no resultado das metas neste período pandêmico.

Indicador 2.1 - Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta Desconsiderada: O resultado alcançado foi de 19 encontros de oficinas e a meta pactuada era de 2.880 encontros.

O Sr. Diogo iniciou ressaltando que o 10º período avaliatório se situou na saída do momento mais grave da pandemia, com a execução de apenas 5 oficinas, que é a principal porta de entrada dos adolescentes e jovens ao Programa Fica Vivo. Reforçou que o número de jovens em cada oficina ainda foi reduzido, principalmente para atendimento às medidas de distanciamento social impostas por vários municípios, contrapondo ao Programa Mediação de Conflitos, que conseguiu em certa medida, se adaptar a outros formatos de atendimentos.

A Sra. Gleysiane acrescentou que a principal porta de entrada do PMC é a própria equipe da Unidade, que estavam retornando ao trabalho presencial. No caso do Programa Fica Vivo, muitos locais onde acontecem as oficinas ainda estavam fechados em virtude da pandemia.

Com relação aos pedidos de desconsideração feitos pelo Instituto Elo no RGR, no tocante aos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3, a Comissão de Monitoramento reiterou o pedido, face as justificativas já apresentadas e o mesmo foi acatado pela Comissão de Avaliação, haja vista todos os argumentos exarados nos relatórios RGR e RM.

Portanto, foi desconsiderado os indicadores 2.1 a 2.3, por unanimidade, pelos membros da CA.

Indicador 2.2 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta Desconsiderada: O resultado alcançado foi a média de 27,3 jovens participantes e a meta pactuada era média de 6.670 jovens.

Indicador 2.3 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta Desconsiderada: O resultado alcançado foi de 4.553 atendimentos e a meta pactuada era de 52.053 atendimentos.

Ressalta-se que os indicadores desconsiderados para fins de cálculo neste período, manteve a mesma coerência daqueles dos períodos anteriores.

Indicador 2.4 - Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta não atingida. O resultado alcançado foi de 162 ações e a meta pactuada era de 212 ações.

Indicador 3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta Desconsiderada: O resultado alcançado foi de 192 atendimentos e a meta pactuada era de 360 ações.

A Sra. Gleysiane informou que, consoante o 9º período, muitas Unidades Socioeducativas continuaram restringindo as visitas neste período de pandemia, o que impactou no baixo numerário de ações, contudo, o Sr. Gleiber esclareceu que no presente momento está sendo possível a entrada, haja vista que o Instituto ELO está também gerindo algumas Unidades Socioeducativas, via parceria com a SUASE, e neste sentido avalia que impactará na melhoria do indicador.

Indicador 3.2 - Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga

Meta Desconsiderada: O resultado alcançado foi de 1,2% de adesão e a meta pactuada era de 60%.

Quanto à solicitação de desconsideração dos indicadores 3.1 e 3.2, a Comissão de Avaliação também **acatou o pedido**, considerando as justificativas exaradas nos relatórios RGR e RM.

Indicador 3.3 - Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas

Meta atingida. O resultado alcançado foi de 476 ações estratégicas e a meta pactuada era de 108 ações, considerando que a maioria foi realizada de modo virtual junto à rede de apoio e Unidades Socioeducativas.

Indicador 4.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Considerando as retificações nos instrumentos de monitoramento – RGR e RM, conforme explanado no início desta ata, fica corrigido o resultado deste indicador, ou seja, onde se lê 18.661 atendimentos, leia-se 18.493 atendimentos.

Meta não atingida: O resultado alcançado foi de 18.493 atendimentos e a meta pactuada era de 28.766 atendimentos.

Indicador 4.2 - Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 75,1% de cumprimento e a meta pactuada era de 72% de cumprimento.

Indicador 4.3 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 3.104 ações e a meta pactuada era de 1.272 ações.

Indicador 5.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp

Meta não atingida: O resultado alcançado foi de 7.501 atendimentos e a meta pactuada era de 8.683 atendimentos.

Indicador 5.2 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório

Considerando as retificações nos instrumentos de monitoramento – RGR e RM, neste indicador também fica corrigido o resultado, ou seja, onde se lê 83,33%, leia-se 84% de adesão.

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 84% de adesão e a meta pactuada era de 78% de adesão.

Indicador 5.3 - Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 753 atividades e a meta pactuada era de 564 atendimentos.

Indicador 6.1: Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas

Meta não atingida: O resultado alcançado foi de 411 ações e a meta pactuada era de 600.

Indicador 7.1 - Percentual de acompanhamento *in loco* da Supervisão no interior

Não houve realização de visitas presenciais nos municípios do interior no período avaliado.

Indicador 7.2 - Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta atingida: O resultado alcançado foi média de 12,4 dias e a meta pactuada era média de 15 dias, demonstrando a recomposição célere da equipe de trabalho.

Indicador 7.3: Participações em capacitações

Meta não atingida: O resultado alcançado foi de 946 participações e a meta pactuada foi de 1.004, demonstrando um bom resultado na formação e capacitação dos profissionais e da rede parceira.

Indicador 8.1 - Número de Relatórios Analíticos das UPC de base local

Meta atingida: A meta pactuada era a confecção de 26 relatórios, e a mesma foi atingida tempestivamente.

Indicador 8.2 - Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta atingida: A meta pactuada era de 3 relatórios, e a mesma também foi atingida e entregues dentro do prazo.

Indicador 8.3 - Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Meta atingida: A meta era a entrega de 3 relatórios, sendo a mesma cumprida tempestivamente.

Indicador 8.4 - Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta atingida: A meta era a entrega de 3 relatórios, sendo a mesma também atingida no prazo pactuado.

Indicador 9.1 - Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Meta atingida: O resultado alcançado foi de 100% de conformidade, haja vista que todos os apontamentos realizados no Relatório de Checagem Amostral foram superados na Checagem de Efetividade, considerando as justificativas e documentação acessória apresentada pelo Instituto Elo, alcançando a meta pactuada.

Indicador 9.2 - Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão

Meta atingida: O resultado foi de 71,43% de efetividade do monitoramento e a meta pactuada era de 100% de efetividade.

A Sra. Gleysiane ressaltou as dificuldades para o cumprimento dos exíguos prazos definidos no Decreto vigente, precipuamente por primar pela qualidade do monitoramento e fiscalização, bem como na elaboração de documentos e relatórios. Portanto, acredita que a porcentagem atingida no presente indicador não retrata todos os esforços envidados pelos envolvidos, ou seja, OEP, Instituto ELO e pela Comissão de Monitoramento, ressaltando ainda que todas as ações previstas foram executadas.

O Sr. Fábio Costa chancelou o exposto e adicionou que a metodologia do modelo determina período inexecutável, de apenas 30 dias, para conclusão de todo o monitoramento e avaliação da parceria, que vai desde o preenchimento das planilhas pelas equipes técnicas das Unidades até os 5 dias que a Comissão de Avaliação necessita para análise de todos os relatórios que serão discutidos em reunião.

A Sra. Andreza reforça essa dificuldade, principalmente pelo fato de prezar pela qualidade do monitoramento, ressaltando que a equipe da SUPEC é muito reduzida para a grande demanda de trabalho, e que os supervisores do Contrato de Gestão também não são exclusivos para esta atividade.

A Sra. Marcela frisou a importância da Comissão de Avaliação na discussão do monitoramento, principalmente quanto aos prazos, para que não ocorra prejuízos na realização dos repasses financeiros do OEP para a OS parceira. Além disso, informou que a SEPLAG tem como atividade contínua a melhoria de seus instrumentos e metodologia e, portanto, atenta-se aos comentários de dificuldade em cumprimento de prazo de forma a incluir o problema em futuras discussões e revisões sobre a questão.

A Sra. Roseane recomendou que a definição das metas dos indicadores do Contrato de Gestão considerasse todos os fatores que envolvem a política de prevenção e citados pelos representantes do OEP e da OS, para um contexto mais realista e exequível. Ademais, recomendou que os relatórios retratassem melhor as metodologias para definição das metas para fins de transparência e compreensão pela população em geral.

Quanto ao aspecto financeiro-orçamentário do Contrato de Gestão, a Sra. Roseane questionou se vai haver saldo remanescente orçamentário e, se em caso positivo, se o mesmo poderá ser utilizado no ano de 2022. A Sra. Andreza respondeu que a pactuação para próximo ano considerará o saldo remanescente, pois algumas despesas ainda não foram executadas em sua plenitude em 2021, tais como as oficinas planejadas para o Programa Fica Vivo e todas reimplantações de Unidades de Prevenção. Reforçou, ainda, que o planejamento e o executado da política em cada ano são sempre compartilhados com as equipes, e neste ano será no evento citado do Webinário que ocorrerá em dezembro.

4. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório de Monitoramento (RM) e no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) elaborado pelo Instituto Elo, foi de 9,25, conforme cálculo abaixo:

DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,25	100%	9,25	9,25
Quadro de Ações	-	-	-	

Conceito: Muito Bom

5. QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

		Realizado								
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho			
		01/01/2021	01/02/2021	01/03/2021	01/04/2021	01/05/2021	01/06/2021	TOTAL	Realizado	
		a	a	a	a	a	a		(/) Previsto	
		31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	30/06/2021		(-) Realizado	
1	Entrada de Recursos									
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	4.456.575,70	-	3.913.227,76	-	-	-	8.369.803,46	48,98%	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	600,00	-	-	600,00	1.200,00	2.400,00	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	325.157,28	-	-	15,46	-	325.172,74	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	82.705,20	100,00%	
	(E) Total de Entradas:	4.465.925,58	333.307,73	3.924.955,50	14.387,88	20.573,11	20.931,60	8.780.081,40	51,14%	
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	754.182,07	796.254,04	774.042,52	805.986,22	797.442,29	794.882,59	4.722.789,73	93,06%	
2.1.2	Estagiários	1.577,36	1.006,34	1.330,19	1.329,33	1.336,00	1.336,00	7.915,22	3,68%	
2.1.3	Encargos	314.981,24	633.598,52	307.106,64	317.222,89	321.281,57	315.880,49	2.210.071,35	109,20%	
2.1.4	Benefícios	106.714,15	193.315,35	253.500,15	206.308,33	245.209,76	251.955,85	1.390.073,35	89,66%	
	Subtotal (Pessoal):	1.177.454,82	1.624.174,25	1.335.979,50	1.330.846,77	1.365.269,62	1.364.054,93	8.330.849,65	93,98%	
2.2	Gastos Gerais	114.815,77	138.096,78	117.130,68	40.074,23	50.763,46	84.904,26	545.785,18	19,85%	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	6.762,00	-	-	-	6.762,00	-	
2.4	Reserva de Recursos	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	82.705,20	100,00%	
	(S) Total de Saídas:	1.301.620,47	1.769.821,48	1.471.599,92	1.385.308,88	1.435.990,73	1.468.690,79	8.966.102,03	76,66%	

6. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação, o Contrato de Gestão obteve a seguinte pontuação e conceito:

PONTUAÇÃO FINAL: 9,25

CONCEITO: Muito bom

Diante desse resultado, a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização dos repasses financeiros da 2ª parcela dos recursos estaduais e federais, bem como da emenda parlamentar nº 798, pactuados no V Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2019 vigente, destinados à OS Instituto Elo, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período avaliado. O valor efetivo do repasse deverá ser verificado e aprovado pela Supervisora do CG.

A Comissão de Avaliação reitera que a OS é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados, e que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão, devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades encontradas, conforme legislação.

Reunião realizada via Plataforma Teams, em 10 de novembro de 2021.

Gleysiane Freire Diniz

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Gleiber Gomes de Oliveira

Instituto Elo

Marcela Emediato Mendes de Oliveira

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 16/11/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, Usuário Externo**, em 16/11/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleiber Gomes de Oliveira, Usuário Externo**, em 16/11/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Emediato Mendes de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 16/11/2021, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37974711** e o código CRC **A9B9BE99**.